

TRADIÇÃO E ESTABILIDADE: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES URUGUAIAS (2025)

Ana Beatriz Benevides; Davi Nunes; Luiz Carlos de Freitas
;Leticia Baron

UFPel – anabx07@gmail.com
UFPel – lzcs.defs@gmail.com
UFPel - riquelmedaviphb@gmail.com
UFPel – leticiakbaron@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O aumento de votos brancos e nulos aumentou de forma significativa entre os anos de 2012 e 2018 em diversos países da América Latina, o que suscitou diversos debates acadêmicos que visavam compreender as razões de tal fenômeno (CASTRO, 2021). A discussão se concentra em como as democracias agem para evitar a diminuição da participação eleitoral, as reformas institucionais implementadas, a polarização dos cenários políticos e a mudança do eleitorado.

Diferente do que ocorreu na maioria dos países da região, que compartilham a característica do voto compulsório, o Uruguai demonstrou estabilidade no percentual de participação eleitoral (CASTRO, 2021). Assim, a presente pesquisa questiona-se sobre as razões por que o país manteve a alta participação eleitoral. A hipótese de pesquisa é de que o país incentiva a participação política da população, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura política participativa e democrática.

Para a realização da presente pesquisa, utiliza-se como referencial teórico os estudos recentes sobre eleições e participação eleitoral na América Latina, além da utilização de dados disponíveis em bancos públicos de pesquisa que tem por finalidade conhecer as preferências do eleitorado uruguai.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa. Foram selecionados artigos que tinham por objetivo explicar como o sistema político, o processo eleitoral e as instituições uruguaias influenciam a alta participação eleitoral do país, comparando-o com outros países da América Latina.

As conclusões apontadas pelo artigo foram contrapostas a análise de fontes documentais, como textos constitucionais, sites oficiais de parlamentos e governos (República Oriental Del Uruguay, 2025; IMPO, 1967; GUB, 2025; OIG, [s.d.]), relatórios de instituições internacionais (International IDEA, Transparency International), e notícias de veículos de imprensa. O estudo se baseou na análise descritiva e explicativa desses documentos para identificar os fatores institucionais e históricos que moldam a participação política uruguaia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na revisão bibliográfica e na análise do sistema político e eleitoral uruguai, foram identificados os seguintes fatores como centrais para explicar a alta participação eleitoral no país:

1) Tradição de plebiscitos e referendos: O Uruguai possui um histórico sólido de mecanismos de democracia direta. A população é frequentemente convocada a decidir sobre temas relevantes por meio de consultas populares, o que fortalece o engajamento cívico e a percepção de eficácia política. Esse hábito democratiza o debate público e integra o cidadão ao processo decisório, indo além do voto periódico para representantes;

2) Histórico de alta participação: A cultura política uruguai é marcada por uma participação eleitoral consistentemente alta, com médias históricas em torno de 90% do eleitorado apto (CNN, 2024). Essa tradição cria um ciclo virtuoso: a alta participação é vista como a norma, reforçando-a a cada novo pleito. O comparecimento massivo não é visto apenas como uma obrigação, mas como um valor social e um símbolo de liberdade, especialmente após o período ditatorial (1973-1985);

3) Transparência e confiança nas instituições: A Corte Eleitoral, criada em 1924, é uma instituição técnica e altamente confiável, responsável por organizar e supervisionar todas as etapas do processo eleitoral (ACOSTA; MARTINEZ, 2025). Sua atuação imparcial e eficiente garante transparência e legitimidade aos resultados, fazendo com que os cidadãos confiem no sistema e se sintam motivados a participar. O Uruguai também ostenta a melhor pontuação da América Latina no Índice de Percepção de Corrupção, refletindo uma confiança generalizada nas instituições públicas (URUGUAI - SISTEMA POLÍTICO E ELEITORAL, [s.d.]);

4) Confiabilidade e diferenciação dos partidos políticos: O sistema partidário uruguai é estável e caracterizado por partidos com identidades programáticas bem definidas e históricas (Partido Nacional, Partido Colorado e Frente Amplio) (DECRESI, 2025). Essa clareza ideológica e programática facilita a identificação do eleitor com um projeto político, tornando a escolha eleitoral mais significativa. A confiança na representatividade e na capacidade de ação dos partidos incentiva a participação;

5) Voto obrigatório: A obrigatoriedade do voto é um pilar institucional que garante o comparecimento mínimo às urnas. Embora existam debates sobre seus méritos, no contexto uruguai, ela atua em sinergia com os outros fatores (confiança, tradição) para consolidar a participação massiva, evitando a erosão gradual do engajamento que pode ocorrer em sistemas facultativos.

Além dos fatores já elencados, a análise do sistema político uruguai revela nuances importantes:

1) Representatividade de gênero: Apesar dos avanços recentes com a Lei de Cotas (Lei 18.476/2009 e 19.555/2017), o Uruguai ainda apresenta sub-representação feminina no Parlamento (28,3% na Câmara de Representantes e 26,6% no Senado em 2024), ficando atrás de Argentina e Chile. Isso indica um desafio persistente mesmo em um sistema considerado exemplar (ACOSTA; MARTINEZ, 2025);

2) Limitações dos mecanismos de participação: Os plebiscitos, embora sejam um símbolo da democracia direta uruguai, nem sempre resultam em avanços progressistas. Exemplo disso foram os referendos de 1989 e 2009 que, ao contrário do esperado, mantiveram a Lei de Caducidade (de anistia aos crimes da ditadura), ratificando a impunidade via voto popular – um caso único no mundo democrático (REIS, 2018);

3) Influência de oligarquias políticas: A presença de famílias tradicionais na política (como os Lacalle e os Batlle) sugere uma certa oligarquização e baixa renovação do quadro político, com estimativa de que não mais de cem famílias compõem a classe política uruguaia. Esse aspecto contrasta com a imagem de pluralismo e merece discussão (REIS, 2018).

Portanto, a análise dos fatores que contribuem para a excepcional participação eleitoral no Uruguai revela uma sinergia complexa entre elementos históricos, institucionais e culturais que consolidam seu modelo democrático. A combinação entre uma tradição robusta de democracia direta, uma cultura política que valoriza o comparecimento às urnas, instituições eleitorais transparentes e confiáveis, um sistema partidário com identidades definidas e o marco legal do voto obrigatório constitui um ecossistema democrático singular no contexto latino-americano. Estes elementos não apenas explicam os consistentes índices de participação uruguaios, mas também oferecem valiosas perspectivas para a compreensão de como a confiança institucional, o engajamento cívico e a efetividade dos mecanismos democráticos podem se reforçar mutuamente.

4. CONCLUSÕES

O trabalho conclui que o Uruguai, apesar de ser um país de população relativamente pequena, é uma das principais referências para o mundo democrático. A alta taxa de participação populacional nas eleições, mesmo com o voto obrigatório, reflete um compromisso intrínseco do povo uruguai com o processo eleitoral e um símbolo de liberdade após o período da ditadura.

O Uruguai se consolida, de fato, como um caso paradigmático de estabilidade democrática e participação eleitoral na América Latina. Seu sucesso é atribuído não a um fator isolado, mas a uma combinação virtuosa de elementos históricos, institucionais e culturais: a solidez das instituições (como a Corte Eleitoral), a tradição de participação, a clareza do sistema partidário e o voto obrigatório atuam sinergicamente.

A inovação obtida reside na contextualização da complexidade da política uruguaia – sistêmica, conjuntural e social – que oferece exemplos a serem seguidos por países como o Brasil, ao mesmo tempo em que aponta para fragilidades significativas. A análise detalhada das instituições, do processo eleitoral e do sistema partidário, juntamente com as fragilidades identificadas, proporciona uma visão aprofundada da democracia uruguaia, que vai além de uma percepção superficial de "oásis". O estudo evidencia a necessidade de reflexões contínuas sobre democracia e representatividade, mesmo em contextos considerados estáveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, F.; MARTINEZ, G. Uruguay 2024: El retorno del frente amplio y la consolidación de dos bloques electorales. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 34, 23 maio 2025.
- CASTRO, Rodrigo Enrich de. A estabilidade da democracia e a cultura política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. I.], n. 96, 2021. p. 1-21.
- CNN. **Presidente Luis Lacalle Pou vota em eleição presidencial no Uruguai**. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

- DECRESCI, S. **Vista do O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai.** Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7114/5840>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- REIS, G. S. **Democracia no Uruguai: quase um oásis, mas o diabo mora nos detalhes.** Teoria e Pesquisa, 2018. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/601/359>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- URUGUAY | The Global State of Democracy. [s.d.]. Disponível em: <https://www.idea.int/democracytracker/country/uruguay>. Acesso em: 1 jul. 2025.